

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Euros

Rubrica	Recebimentos	n	n-1	Rubrica	Pagamentos	n	n-1
	Saldo de Gerência anterior	13 491 831,25 €	13 825 854,82 €				
	Operações Orçamentais [1]	12 636 493,24 €	13 029 328,89 €				
	Devolução do saldo ope. Orçamentais						
	Recebimentos do saldo devolvido por terceiras entidades						
	Operações de Tesouraria [A]	855 338,01 €	796 525,93 €				
	Receita Corrente	49 471 882,78 €	42 560 420,04 €		Despesa corrente	39 928 123,55 €	36 467 910,04 €
R1	Receita fiscal	18 262 930,19 €	15 220 138,13 €	D1	Despesas com o pessoal	21 300 794,73 €	19 700 985,65 €
R1.1	Imposto direto	18 262 930,19 €	15 039 498,05 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	15 946 207,89 €	14 881 933,04 €
R1.2	Impostos Indiretos	- €	180 640,08 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	797 400,05 €	642 529,33 €
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	D1.3	Segurança Social	4 557 186,79 €	4 176 523,28 €
R2	Taxas, multas e outras penalidades	3 738 544,92 €	2 167 067,36 €	D2	Aquisição de bens e serviços	13 738 831,83 €	12 164 746,27 €
R3	Rendimentos de Propriedade	20 023,78 €	- €	D3	Juros e outros encargos	49 818,85 €	61 236,47 €
R4	Transferências e subsídios correntes	15 192 879,43 €	13 767 110,39 €	D4	Transferências e subsídios correntes	4 215 707,51 €	3 987 313,96 €
R5	Transferências Correntes	15 192 879,43 €	13 767 110,39 €	D4.1	Transferências correntes	4 215 707,51 €	3 987 313,96 €
R5.1	Administrações públicas	14 179 126,83 €	13 019 215,95 €	D4.1.1	Administrações Públicas	2 514 695,23 €	2 706 974,69 €
R5.1.1	Administração Central - Estado português	11 868 164,19 €	10 993 012,50 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	5 900,00 €	48 182,65 €
R5.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	1 533 169,87 €	1 537 965,44 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.2	Segurança Social	419 118,17 €	421 038,01 €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.3	Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.4	Administração Local	224 582,30 €	35 600,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	2 508 795,23 €	2 658 792,04 €
R5.1.1.5	Exterior - EU	1 013 588,69 €	746 224,57 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 469 651,46 €	1 225 012,96 €
R5.1.2	Outras	163,91 €	1 669,87 €	D4.1.3	Famílias	59 250,84 €	22 364,99 €
R5.1.3	Subsídios Correntes	- €	- €	D4.1.4	Outras	38 017,68 €	1 361,32 €
R5.2	Venda de bens e serviços	12 157 856,07 €	11 321 877,81 €	D4.2	Subsídios correntes	- €	- €
R6	Outras Receitas correntes	99 648,39 €	84 226,35 €	D5	Outras Despesas correntes	622 970,63 €	553 627,69 €
R7	Receitas Capital	1 718 233,52 €	1 546 862,97 €	D6	Despesas de capital	9 312 766,22 €	7 297 470,81 €
R8	Venda de bens de Investimento	8 120,65 €	6 513,74 €	D6	Aquisição de bens de capital	8 627 552,57 €	6 834 277,96 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 710 112,87 €	1 540 349,23 €	D7	Transferências e subsídios de capital	685 213,65 €	463 192,85 €
R9.1	Transferências de capital	1 710 112,87 €	1 540 349,23 €	D7.1	Transferências de capital	685 213,65 €	463 182,85 €
R9.1.1	Administrações públicas	1 710 112,87 €	1 539 761,16 €	D7.1.1	Administrações públicas	289 822,27 €	115 968,05 €
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	1 710 112,87 €	1 539 761,16 €	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5	Administração Local	289 822,27 €	115 968,05 €
R9.1.2	Exterior - EU	- €	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	395 391,38 €	347 224,80 €
R9.1.3	Outras	- €	588,07 €	D7.1.3	Famílias	- €	- €
R9.2	Subsídios de Capital	- €	- €	D7.1.4	Outras	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	D7.2	Subsídios de Capital	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	77,08 €	2 081,85 €	D8	Outras despesas de capital	- €	- €
	Receita efetiva [2]	51 190 193,38 €	44 109 364,86 €		Despesa efetiva [5]	49 240 889,77 €	43 765 380,85 €
	Receita não efetiva [3]	1 770 148,17 €	2 389 030,75 €		Despesa não efetiva [6]	5 132 345,84 €	2 979 675,96 €
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros	2 000 000,00 €	40 047,50 €
R13	Receita com passivos financeiros	1 770 148,17 €	2 389 030,75 €	D10	Despesa com passivos financeiros	3 132 345,84 €	2 939 628,46 €
	Soma [4]=-[1]+[2]+[3]	65 596 834,79 €	59 527 724,50 €		Soma [7]=-[5]+[6]	54 373 235,61 €	46 745 056,81 €
	Operações de Tesouraria [B]	658 289,20 €	536 339,10 €		Operações de tesouraria [C]	716 566,27 €	623 701,47 €
					Saldo para a gerencia seguinte	12 020 660,12 €	13 491 831,25 €
					Operações Orçamentais [8]=-[4]-[7]	11 223 599,18 €	12 782 667,69 €
					Operações de tesouraria [D]=-[A]+[B]-[C]	797 060,94 €	709 163,56 €
					Saldo global [2]-[5]	1 949 303,61 €	343 984,01 €
					Despesa primária	49 191 070,92 €	43 704 144,28 €
					Saldo corrente	9 543 759,23 €	6 092 510,00 €
					Saldo de capital	- 7 594 532,70 €	- 5 750 607,84 €
					Saldo Primário	1 999 122,46 €	405 220,58 €
					Receita total [1]+[2]+[3]	65 596 834,79 €	59 527 724,50 €
					Despesa total [5]+[6]	54 373 235,61 €	46 745 056,81 €

Demonstração consolidada de direitos e Obrigações por natureza

Euros

Rubrica	Liquidações	n	Rubrica	Obrigações	n
	Receita Corrente	3 473 853,72 €		Despesa corrente	548 293,35 €
R1	Receita fiscal	- €	D1	Despesas com o pessoal	346 186,41 €
R1.1	Imposto direto	- €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	268 848,78 €
R1.2	Impostos Indiretos	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	8 389,06 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	D1.3	Segurança Social	68 948,57 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	515 186,91 €	D2	Aquisição de bens e serviços	198 446,37 €
R4	Rendimentos de Propriedade	- €	D3	Juros e outros encargos	21,35 €
R5	Transferências e subsídios correntes	566 357,76 €	D4	Transferências e subsídios correntes	2 339,22 €
R5.1	Transferências Correntes	566 357,76 €	D4.1	Transferências correntes	2 339,22 €
R5.1.1	Administrações públicas	319 618,70 €	D4.1.1	Administrações Públicas	497,99 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	303 220,40 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	- €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	D4.1.1.3	Segurança Social	- €
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	D4.1.1.4	Administração Regional	- €
R5.1.1.5	Administração Local	16 398,30 €	D4.1.1.5	Administração Local	497,99 €
R5.1.2	Exterior - EU	196 339,48 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 402,42 €
R5.1.3	Outras	50 399,58 €	D4.1.3	Famílias	438,81 €
R5.2	Subsídios Correntes	- €	D4.1.4	Outras	- €
R6	Venda de bens e serviços	2 369 490,28 €	D4.2	Subsídios correntes	- €
R7	Outras Receitas correntes	22 818,77 €	D4.3	Outras Despesas correntes	1 300,00 €
	Receitas Capital	1 432,68 €		Despesas de capital	167 608,12 €
R8	Venda de bens de Investimento	1 432,68 €	D6	Aquisição de bens de capital	167 608,12 €
R9	Transferências e subsídios de capital	- €	D7	Transferências e subsídios de capital	- €
R9.1	Transferências de capital	- €	D7.1	Transferências de capital	- €
R9.1.1	Administrações públicas	- €	D7.1.1	Administrações públicas	- €
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	D7.1.1.3	Segurança Social	- €
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	D7.1.1.4	Administração Regional	- €
R9.1.1.5	Administração Local	- €	D7.1.1.5	Administração Local	- €
R9.1.2	Exterior - EU	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	- €
R9.1.3	Outras	- €	D7.1.3	Famílias	- €
R9.2	Subsídios de Capital	- €	D7.1.4	Outras	- €
R10	Outras receitas de capital	- €	D7.2	Subsídios de Capital	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	D7.3	Outras despesas de capital	- €
	Receita efetiva [1]	3 475 286,40 €		Despesa efetiva [4]	715 901,47 €
	Receita não efetiva [2]	- €		Despesa não efetiva [5]	11 422,02 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	D9	Despesa com ativos financeiros	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	D10	Despesa com passivos financeiros	11 422,02 €
	Receita total [3]=[1]+[2]	3 475 286,40 €		Despesa total [6]=[4]+[5]	727 323,49 €

Balço Consolidado 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	242 778 581,02	231 207 038,37
Ativos intangíveis	3	81 980,23	117 074,59
Investimentos Participações financeiras	18	2 116 398,40	2 172 415,04
Clientes, contribuintes e utentes	18	37 218,50	33 410,37
Outras contas a receber	18	48 994,21	57 739,71
		245 063 172,36	233 587 678,08
Ativo corrente			
Inventários	10	136 124,68	150 478,53
Clientes, contribuintes e utentes	18	1 666 428,25	1 707 760,14
Estado e outros entes públicos		111 624,13	91 296,99
Outras contas a receber	18	12 104 761,72	11 769 086,84
Diferimentos		381 513,17	374 069,89
Caixa e depósitos	1	14 020 660,12	13 491 831,25
		28 421 112,07	27 584 523,64
Total do ativo		273 484 284,43	261 172 201,72
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		71 212 617,59	71 212 617,59
Reservas		3 521 114,04	3 370 844,10
Resultados transitados		163 532 615,25	160 188 026,58
Ajustamentos em ativos financeiros		17 724,74	71 007,53
Excedentes de revalorização		61 993,29	61 993,29
Outras variações no património líquido		16 864 121,96	12 486 198,64
Resultado líquido do período		1 236 154,37	427 476,71
Interesses que não controlam		1 217 714,02	1 213 600,19
Total do Património Líquido		257 664 055,26	249 031 764,62
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	289 453,07	321 228,41
Financiamentos obtidos	18	3 870 367,80	4 960 208,02
Fornecedores de investimentos		0,00	19 748,24
Fornecedores			0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		3 755 238,41	
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	688 897,90	496 036,29
		8 603 957,18	5 797 220,96
Passivo corrente			
Fornecedores	18	620 940,97	404 402,31
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		554 907,19	615 608,82
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		1 675 669,69	2 042 119,66
Fornecedores de investimentos		25,49	
Outras contas a pagar	18	3 510 603,85	3 057 264,00
Diferimentos		854 124,80	223 821,35
		7 216 271,99	6 343 216,14
Total do Passivo		15 820 229,17	12 140 437,10
Total do Património Líquido e Passivo		273 484 284,43	261 172 201,72

Demonstração de Resultados Consolidado 2021

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13/14	+	22 847 195,27	16 696 785,59
Vendas	13	+	2 325 014,26	3 337 594,26
Prestações de serviços e concessões	13	+	9 529 487,24	8 472 164,54
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	+/-	378,36	118 798,44
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	+	15 073 497,13	13 481 754,90
Trabalhos para a própria entidade	13/14	+	105 467,88	83 465,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-117 304,97	-88 388,76
Fornecimentos e serviços externos	23	-	-13 960 464,00	-12 164 276,60
Gastos com pessoal	19	-	-21 238 742,35	-19 825 869,71
Transferências e subsídios concedidos		-	-4 722 531,06	-4 410 730,42
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		+/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-	-183 468,22	451 397,03
Provisões (aumentos/reduções)	15	+/-	31 775,34	-270 412,52
Outros rendimentos e ganhos	13/14	+	1 755 109,61	2 172 646,90
Outros gastos e perdas		-	-2 809 261,62	-1 260 516,56
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			8 636 152,87	6 794 412,91
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	+/-	(7 267 531,61)	(6 556 220,79)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			1 368 621,26	238 192,12
Juros e rendimentos similares obtidos		+	3 121,16	22 987,61
Juros e gastos similares suportados		-	(71 887,85)	(79 122,12)
Resultado antes de impostos			1 299 854,57	182 057,61
Imposto sobre o rendimento			-1 708,51	
Resultado líquido do período			1 298 146,06	182 057,61
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe			1 236 154,37	427 476,71
Interesses que não controlam			61 991,69	-245 419,10

Demonstração das alterações no Património Líquido Consolidado 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumento s de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	71 212 617,59	0,00	3 370 844,10	160 188 026,58	71 007,53	61 993,29	12 486 198,64	427 476,71	247 818 164,44	1 213 600,19	249 031 764,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					3 021 861,92			(102 044,94)		2 919 816,98		2 919 816,98
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorizações e respetivas variações					12 098,22			111 722,57		123 820,79		123 820,79
Transferências e subsídios de capital					(24 456,09)					(24 456,09)		
Correção de erros materiais												
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				150 269,94	335 084,62	(53 282,79)		4 368 245,69	(427 476,71)	4 372 840,75	1 217 714,02	4 372 840,75
	(2)	0,00	0,00	150 269,94	3 344 588,67	(53 282,79)	0,00	4 377 923,32	(427 476,71)	7 392 022,43	1 217 714,02	7 416 478,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								1 236 154,37	1 236 154,37		1 236 154,37
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								808 677,66	8 628 176,80		8 628 176,80
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações	(5)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	71 212 617,59		3 521 114,04	163 532 615,25	17 724,74	61 993,29	16 864 121,96	1 236 154,37	256 446 341,24	1 217 714,02	257 664 055,26

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada 2021

RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		31/12/2021	31/12/2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+	12 054 522,96	11 304 142,99	
Recebimento de contribuintes	+	16 688 743,70	13 695 872,61	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		15 056 594,50	13 703 865,45	
Recebimento de utentes	+	994 621,76	388 790,06	
Pagamentos a fornecedores	-	(14 312 946,10)	(12 496 757,69)	
Pagamentos ao pessoal	-	(19 878 337,95)	(18 521 864,52)	
Pagamentos de transferências e subsídios	-	(4 035 364,37)	(3 948 148,97)	
Caixa gerada pelas operações	+/-	6 567 834,50	4 125 899,93	
Outros recebimentos	+	4 202 271,37	2 959 061,86	
Outros pagamentos	-	(1 260 345,87)	(1 085 568,12)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-	9 509 760,00	5 999 393,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	(8 352 367,86)	(6 582 275,86)	
Activos intangíveis	-	(72 084,61)	(118 563,91)	
Investimentos financeiros	-	(512,31)	(787,26)	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+	119,99		
Activos intangíveis	+			
Propriedades de investimento	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros activos	+			
Subsídios ao investimento	+	0,00	588,07	
Transferências de capital	+	1 710 112,87	1 581 299,03	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/-	(6 714 731,92)	(5 119 739,93)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+	1 770 148,17	2 389 030,75	
Outras operações de financiamento	+	23 144,94	2 963,83	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	(3 323 883,94)	(3 073 066,65)	
Juros e gastos similares	-	(50 394,73)	(69 382,57)	
Outras operações de financiamento	-	(685 213,65)	(463 192,85)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)	+/-	(2 266 199,21)	(1 213 647,49)
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)	+/-	528 828,87	(333 993,75)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	13 491 831,25	13 825 854,82	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	14 020 660,12	13 491 831,25	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período			13 491 831,25	13 825 854,82
- Equivalentes a caixa no início do período				
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
-Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			13 491 831,25	13 825 854,82
De execução orçamental			12 636 493,24	13 029 328,89
De operações de tesouraria			855 338,01	796 525,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período			14 020 660,12	13 491 831,25
- Equivalentes a caixa no fim do período			(2 000 000,00)	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			12 020 660,12	13 491 831,25
De execução orçamental			11 223 599,18	12 782 667,69
De operações de tesouraria			797 060,94	709 163,56

Nota 0 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SNC-AP) – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

A NCP 1 requer um conjunto de divulgações a efetuar, as quais passamos a apresentar:

a) Forma como a transição de POCAL para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados – Faz relevar as operações específicas da Administração Pública;
- Conta 28 – Diferimentos - refletidos os saldos decorrentes da aplicação da periodização económica (contas de custos diferidos e proveitos diferidos em POCAL), nomeadamente relacionados com a execução dos projetos cofinanciados cujo contrato de subsídio não se encontra ainda atribuído ao bem correlacionado. Os contratos de subsídio cujas condições já se encontram cumpridas, e que já se encontram associados ao respetivo bem, foram reclassificados para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital, por força da aplicação da norma NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.
- De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP (2ª Versão), a regra é utilizar o justo valor como custo considerado quando não estiver disponível informação fiável sobre o custo de aquisição ou sobre o custo depreciado. Contudo, relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em

substituição do justo valor, devendo apurar-se nos casos dos prédios depreciables a vida útil estimada remanescente. O VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira prevista na Estrutura Conceptual.

b) Reconciliação entre o património líquido relatado em POCAL em 31/12/2020 com o património líquido de acordo com o SNC-AP em 01/01/2021

As variações decorrentes da transição do património líquido são as seguintes:

Património Líquido 31/12/2020	247 818 164,44
Reconhecimento de concessão E-redes	2 920 183,73
Património Líquido 01/01/2021	250 738 348,17

a) Reconciliação do resultado relatado segundo o POCAL em 31/12/2020 com o resultado líquido apresentado em 01/01/2021

Em 1 de janeiro de 2021 (em SNC-AP) o resultado líquido relatado em POCAL em 31 de dezembro de 2020 não sofreu alteração

Movimentos 2021 - Balanço de Abertura		
Rubricas do Balanço		Reconhecimento
43.0.3.9.9	Outras Infraestruturas	22 764 414,52 €
43.8.0.3.9.99	Outras Infraestruturas	- 16 182 469,33 €
56.4	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	- 2 920 183,73 €
28.2.4.99.2	Diferimentos	- 3 661 761,46 €

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2021



RUBRICAS DO BALANÇO	Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020 Apurado em 2021
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	91 959 075,81	201 731 291,51	(55 867 862,35)				(1 520 527,67)	(30 216,98)	236 271 760,32
Ativos intangíveis	98 983,12							30 216,98	129 200,10
Investimentos Participações financeiras	2 097 031,88								2 097 031,88
Clientes, contribuintes e utentes									0,00
Outras contas a receber	66 029,32								66 029,32
Sub Total	94 221 120,13	201 731 291,51	(55 867 862,35)	0,00	0,00	0,00	(1 520 527,67)	0,00	238 564 021,62
Ativo corrente									0,00
Inventários	339 164,53								339 164,53
Clientes, contribuintes e utentes	1 121 261,97								1 121 261,97
Acionistas/sócios/associados									0,00
Outras contas a receber	12 642 737,10								12 642 737,10
Diferimentos	101 471,66								101 471,66
Caixa e depósitos	13 826 601,16								13 826 601,16
Sub Total	28 066 007,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 066 007,20
Total do ativo	122 287 127,33	201 731 291,51	(55 867 862,35)	0,00	0,00	0,00	(1 520 527,67)	0,00	266 630 028,82
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital	71 212 617,59								0,00
Reservas	2 656 139,64								71 212 617,59
Resultados transitados	18 886 971,30	198 069 530,05	(55 867 862,35)	(636,75)			(1 520 527,67)		2 656 139,64
Ajustamentos em ativos financeiros									159 567 474,58
Excedentes de revalorização	61 993,29								0,00
Outras variações no património líquido	12 000 581,50			636,75					61 993,29
Resultado líquido do período	5 504 231,77								12 001 218,25
Interesses que não controlam									5 504 231,77
Total do Património Líquido	110 322 535,09	198 069 530,05	(55 867 862,35)	0,00	0,00	0,00	(1 520 527,67)	0,00	251 003 675,12
PASSIVO									
Passivo não corrente									0,00
Provisões	50 815,89								0,00
Financiamentos obtidos	4 834 245,06								50 815,89
Fornecedores de investimentos	19 748,24								4 834 245,06
Fornecedores	1 827,67								19 748,24
Diferimentos		3 661 761,46							1 827,67
Outras contas a pagar	407 699,39								3 661 761,46
Sub Total	5 314 336,25	3 661 761,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 976 097,71
Passivo corrente									0,00
Fornecedores	397 320,74								0,00
Estado e outros entes públicos	429 438,56								397 320,74
Financiamentos obtidos	2 378 773,59								429 438,56
Outras contas a pagar	3 071 692,66								2 378 773,59
Diferimentos	373 030,44								3 071 692,66
Sub Total	6 650 255,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 650 255,99
Total do Passivo	11 964 592,24	3 661 761,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 626 353,70
Total do Património Líquido e Passivo	122 287 127,33	201 731 291,51	(55 867 862,35)	0,00	0,00	0,00	(1 520 527,67)	0,00	266 630 028,82

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O detalhe dos valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2021
- Execução orçamental	11 223 599,18
- Operações de tesouraria	797 060,94
Saldo da gerência	12 020 660,12 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

As quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por NCP.

➤ Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, as Entidades do Grupo Autárquico, continuarão a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Esta invasão, embora sem intervenção militar direta de outros países, foi seguida de um conjunto de sanções contra o invasor pelos países democráticos do ocidente e de apoio económico e de material militar à Ucrânia, sendo unânime que o paradigma de globalização económica poderá estar seriamente afetado. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

➤ Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às Entidades do Grupo Autárquico ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração referente às vidas úteis de depreciação será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

e) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal das Entidades do Grupo Autárquico, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

f) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizáveis, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de “Clientes” e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

h) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que as Entidades do Grupo Autárquico racionalmente pagariam para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Nota 3 - Ativos intangíveis

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

3.1 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
442 Projetos de desenvolvimento	306 381,68	254 147,14	0,00	52 234,54	330 980,45	282 966,94	0,00	48 013,51
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 055 668,38	990 828,33	0,00	64 840,05	1 085 637,75	1 051 671,03	0,00	33 966,72
TOTAL	1 362 050,06	1 244 975,47	0,00	117 074,59	1 416 618,20	1 334 637,97	0,00	81 980,23

3.2 - Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
442 Projetos de desenvolvimento	52 234,54	24 598,77	0,00	0,00	0,00	-28 819,80	0,00	48 013,51
443 Programas de computador e sistemas de informação	64 840,05	29 969,37	0,00	0,00	0,00	-60 842,70		33 966,72
TOTAL	117 074,59	54 568,14	0,00	0,00	0,00	-89 662,50	0,00	81 980,23

3.3 - Ativos Intangíveis – adições.

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	24 598,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 598,77
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	28 879,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 090,00	29 969,37
TOTAL	0,00	53 478,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 090,00	54 568,14

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A grupo utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação		5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1 - Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	15 986 641,14	0,00	0,00	15 986 641,14	16 061 641,14	0,00	0,00	16 061 641,14
Edifícios e outras construções	5 628 078,35	1 177 250,88	0,00	4 450 827,47	6 019 765,97	1 385 614,65	0,00	4 634 151,32
Infraestruturas	95 470 162,25	13 993 468,25	0,00	81 476 694,00	97 626 800,01	17 571 526,14	0,00	80 055 273,87
Património histórico, artístico e cultural	27 547,60	0,00	0,00	27 547,60	58 352,60	0,00	0,00	58 352,60
Bens de domínio público em curso	650 198,08	0,00	0,00	650 198,08	534 890,14	0,00	0,00	534 890,14
	117 762 627,42	15 170 719,13	0,00	102 591 908,29	120 301 449,86	18 957 140,79	0,00	101 344 309,07
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	22 997 971,22	16 608 918,96	0,00	6 389 052,26
	0,00	0,00	0,00	0,00	22 997 971,22	16 608 918,96	0,00	6 389 052,26
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	64 360 650,74	0,00	0,00	64 360 650,74	65 411 777,10	0,00	0,00	65 411 777,10
Edifícios e outras construções	72 214 881,52	12 381 342,12	0,00	59 833 539,40	77 180 575,72	14 488 924,86	0,00	62 691 650,86
Equipamento básico	4 134 206,11	3 635 894,59	0,00	498 311,52	4 427 022,32	3 855 992,49	0,00	571 029,83
Equipamento de transporte	6 528 803,29	5 318 648,20	0,00	1 210 155,09	6 766 992,54	5 683 136,65	0,00	1 083 855,89
Equipamento administrativo	2 906 590,43	2 594 727,30	0,00	311 863,13	3 026 170,86	2 723 609,29	0,00	302 561,57
Outros	2 837 260,48	2 507 512,99	0,00	329 747,49	2 919 149,84	2 578 811,24	0,00	340 338,60
Ativos fixos tangíveis em curso	2 070 862,71	0,00	0,00	2 070 862,71	4 644 005,84	0,00	0,00	4 644 005,84
	155 053 255,28	26 438 125,20	0,00	128 615 130,08	164 375 694,22	29 330 474,53	0,00	135 045 219,69
TOTAL	272 815 882,70	41 608 844,33	0,00	231 207 038,37	307 675 115,30	64 896 534,28	0,00	242 778 581,02

5.2 - Ativos tangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	15 986 641,14	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 061 641,14
Edifícios e outras construções	4 450 827,47	319 385,76	205 587,68	0,00	0,00	-208 363,77	-133 285,82	4 634 151,32
Infraestruturas	81 476 694,00	-269 759,03	2 426 396,79	0,00	0,00	-3 578 057,89	0,00	80 055 273,87
Património histórico, artístico e cultural	27 547,60	30 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 352,60
Bens de domínio público em curso	650 198,08	842 149,66	-957 457,60	0,00	0,00	0,00	0,00	534 890,14
	102 591 908,29	997 581,39	1 674 526,87	0,00	0,00	-3 786 421,66	-133 285,82	101 344 309,07
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	0,00	22 997 971,22	0,00	0,00	0,00	-16 608 918,96	0,00	6 389 052,26
	0,00	22 997 971,22	0,00	0,00	0,00	-16 608 918,96	0,00	6 389 052,26
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	64 360 650,74	1 097 047,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 921,14	65 411 777,10
Edifícios e outras construções	59 832 180,96	2 943 242,94	2 098 029,36	0,00	0,00	-2 107 582,74	-75 578,10	62 690 292,42
Equipamento básico	498 254,37	304 021,05	0,00	0,00	0,00	-220 195,45	-11 107,29	570 972,68
Equipamento de transporte	1 211 570,68	238 189,25	0,00	0,00	0,00	-364 488,45	0,00	1 085 271,48
Equipamento administrativo	311 863,13	120 860,91	0,00	0,00	0,00	-128 881,99	-1 280,48	302 561,57
Outros	329 747,49	89 909,19	0,00	0,00	0,00	-71 298,25	-8 019,83	340 338,60
Ativos fixos tangíveis em curso	2 070 862,71	6 345 699,36	-3 772 556,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4 644 005,84
	128 615 130,08	11 138 970,20	-1 674 526,87	0,00	0,00	-2 892 446,88	-141 906,84	135 045 219,69
TOTAL	231 207 038,37	35 134 522,81	0,00	0,00	0,00	-23 287 787,50	-275 192,66	242 778 581,02

5.2A - Ativos tangíveis – adições.

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00
Edifícios e outras construções	0,00	319 385,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319 385,76
Infraestruturas	0,00	37 613,89	0,00	0,00	0,00	140,85	0,00	0,00	0,00	-307 513,77	-269 759,03
Património histórico, artístico e cultural	0,00	30 805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 805,00
Bens de domínio público em curso	0,00	842 149,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	842 149,66
	0,00	1 304 954,31	0,00	0,00	0,00	140,85	0,00	0,00	0,00	-307 513,77	997 581,39
Ativos fixos em concessão											
Infraestruturas	0,00	22 997 971,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 997 971,22
	0,00	22 997 971,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 997 971,22
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	45 000,00	0,00	1 052 047,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 097 047,50
Edifícios e outras construções	0,00	68 781,00	0,00	3 156 142,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-281 680,56	2 943 242,94
Equipamento básico	0,00	300 841,15	0,00	0,00	0,00	3 179,90	0,00	0,00	0,00	0,00	304 021,05
Equipamento de transporte	0,00	239 482,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 293,71	238 189,25
Equipamento administrativo	0,00	119 820,83	0,00	0,00	0,00	910,08	0,00	0,00	0,00	130,00	120 860,91
Outros	0,00	89 909,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89 909,19
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	5 806 999,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	538 699,96	6 345 699,36
	0,00	6 670 834,53	0,00	4 208 190,00	0,00	4 089,98	0,00	0,00	0,00	255 855,69	11 138 970,20
TOTAL	0,00	30 973 760,06	0,00	4 208 190,00	0,00	4 230,83	0,00	0,00	0,00	-51 658,08	35 134 522,81

5.2B - Ativos tangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-133 285,82	-133 285,82
	0,00	0,00	0,00	0,00	-133 285,82	-133 285,82
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 921,14	-45 921,14
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 578,10	-75 578,10
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 107,29	-11 107,29
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 280,48	-1 280,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 019,83	-8 019,83
	0,00	0,00	0,00	0,00	-141 906,84	-141 906,84
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-275 192,66	-275 192,66

Nota 6 – Locações

As Entidades do Grupo Autárquico têm contratos de locação em vigência em 2021.

Entidade	Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Período		Acumulado	
			Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
CMM	Trator 75-RU-93	- €	10 659,27 €	75,03 €	62 748,90 €	1 594,27 €	- €	- €	- €	- €
	Viatura Ligeira-Duster	6 016,48 €	4 137,26 €	103,30 €	14 942,38 €	606,34 €	4 189,29 €	125,73 €	1 827,19 €	56,76 €
	Autocarro	131 387,14 €	49 904,29 €	1 093,31 €	124 274,51 €	3 219,49 €	50 249,71 €	1 168,74 €	81 137,43 €	819,96 €
	Trator Agrícola	48 638,82 €	15 899,81 €	395,11 €	33 060,18 €	887,57 €	16 000,50 €	345,45 €	32 638,32 €	236,97 €
	2 Viaturas Pesadas Recolha RSU	311 987,74 €	85 519,47 €	2 042,61 €	128 352,26 €	2 990,86 €	86 008,22 €	1 917,47 €	225 979,52 €	2 338,06 €
	3 Viaturas Ligeiras c/ Cabine Dupla	75 225,19 €	18 131,81 €	430,90 €	- €	- €	18 256,96 €	549,12 €	56 968,23 €	313,69 €
AFPDMM	Veículo Renault Trafic III 42-ZX-71	33 021,20 €	7 326,78 €	366,80 €	16 040,56 €	725,38 €	7 693,65 €		9 636,35 €	

Entidade	Contratos	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. A 5 anos	Total	
			Pag. Min.	Rendas C.	Pag. Min.	Rendas C.					
SIMAS	Prestação de Serviços de Cópia e impressão em regime de aluguer (1 máquina multifunções image runner advance C3320i)	4 428,00 €	492,00 €	- €	4 428,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	
	Aquisição de serviços de aluguer operacional (renting) de duas viaturas	29 964,28 €	9 605,88 €	- €	24 980,21 €	- €	- €	- €	- €	4 984,07 €	
	Aquisição de Serviços no âmbito de aluguer operacional (renting) de 3 viaturas	65 085,83 €	20 900,76 €	- €	40 589,85 €	- €	- €	- €	- €	24 495,98 €	
	Prestação de Serviços de Cópia e impressão em regime de aluguer (1 máquina multifunções image runner advance C3720i)	4 428,00 €	984,00 €	- €	984,00 €	- €	- €	- €	- €	3 444,00 €	
AFPDMM	Veículo Peugeot Rifter 1.5 Bluehdi AA-05-BL	19 335,50 €	6 445,08 €		11 660,04 €		6 445,08 €	1 611,27 €	- €	8 056,35 €	8 056,35 €

Nota 9 – Imparidade de ativos

Os movimentos ocorridos em 2021 encontram-se no quadro seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições		Total diminuições
Clientes, contribuintes e utentes	1 135 760,96	245 224,71			245 224,71		61 756,49		61 756,49	1 319 229,18
Outros devedores	5 829,39				0,00					5 829,39
TOTAL	1 141 590,35	245 224,71	0,00	0,00	245 224,71	0,00	61 756,49	0,00	61 756,49	1 325 058,57

Nota 10 – Inventários

Os movimentos dos inventários à data de 31/12/2021 são os seguintes:

	2021		
	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	136 124,68	0,00	136 124,68
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	136 124,68	0,00	136 124,68

	Quantia escriturada inicial	2021							Quantia escriturada final
		Variações							
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	150 478,53	74 353,72	87 651,51	0,00	0,00	0,00	2 121,74	1 065,68	136 124,68
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	150 478,53	74 353,72	87 651,51	0,00	0,00	0,00	2 121,74	1 065,68	136 124,68

	2021		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	150 478,53	150 478,53
Compras	5 381,90	98 625,28	104 007,18
Regularização de existências	0,00	-1 056,06	-1 056,06
Existências finais	0,00	136 124,68	136 124,68
Custo das merc.vend.mat.consumidas	5 381,90	111 923,07	117 304,97

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2021
	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	9 529 487,24
Venda	2 325 014,26
Juros	
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	3 121,16
Outros rendimentos	29 599,82
TOTAL	11 887 222,48

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	10 897 567,08			
Impostos indiretos	10 813 541,77			
Taxas	1 053 526,96		96 043,83	80 905,02
Multas e outras penalidades	82 559,46		143 704,93	40 315,45
Transferências sem condição	11 965 177,01	1 111 480,29		
Transferências/Subsídios com condição	3 670 987,04	14 109 958,45	507 914,07	354 486,54
Outros	1 321 932,04			
TOTAL	39 805 291,36	15 221 438,74	747 662,83	475 707,01

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 69.030,00 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foi ainda ajustada a provisão relativa a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	119 845,89				0,00		39 500,00		39 500,00	80 345,89
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	201 382,52	7 724,66			7 724,66					209 107,18
TOTAL	321 228,41	7 724,66	0,00	0,00	7 724,66	0,00	39 500,00	0,00	39 500,00	289 453,07

15.2 – Passivos Contingentes

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
1	Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031001164	9 180,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	9 180,00 €
2	Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031100574	1 530,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	1 530,00 €
3	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 904299295/E.A. 220150910	300,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	300,00 €
4	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 905359062/E.A. 220150910	60,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	60,00 €
5	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 912172843/E.A. 231100000	60,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	60,00 €
6	Inspeção-Geral do Ambiente	Processo de contraordenação n.º CO/000483/11	15 000,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	15 000,00 €
7	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307138	600,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	600,00 €
8	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307146	300,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda decisão	300,00 €
9	Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto	Processo de contraordenação n.º 4.747.2021	2 500,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Notificação em 26/01/2021 e apresentada Defesa em 23/02/2022	2 500,00 €
10	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada	50 815,89 €	Impugnação fiscal do ato de liquidação da taxa municipal pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TRIU)	50 815,89 €
11	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 504/16.38EALM	11 250,00 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Apresentadas alegações em 14/10/2021, estando a aguardar sentenças	
12	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 464/17.38EALM	1 975,75 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda despacho saneador	
13	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 407/18.78EALM	13 849,43 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Aguarda despacho saneador	
14	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 510/19.68EALM	7 869,22 €	Estado em 31/12/2020 e actual: Aguarda despacho saneador	
15	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	xxi) Processo n.º 564/20.28EALM	6 105,60 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Finda a fase dos articulado, agendada tentativa de conciliação para 27/05/2022	
16	Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	xx) Processo n.º 427/21.48EALM	2 376,23 €	Estado em 31/12/2021 e actual: Contestação apresentada em 29/09/2021 estando a aguardar despacho saneador	

Nota 17 – Acontecimento após a data de relato

À data de emissão do relatório e contas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não existem eventos subsequentes que exijam ser divulgados ou impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras em anexo.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contudo e conforme referido na nota 1.2 , em 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, criando uma guerra convencional em espaço europeu sem precedentes desde a II Guerra Mundial. À data, não é possível aferir o impacto que poderão ter as medidas de apoio à Ucrânia e de sanção à Federação Russa, bem como o fluxo de refugiados de guerra, sendo expectável, porém que exista impacto orçamental na despesa da autarquia e eventual diminuição da receita, mas tal não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

18.1 – Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes, contribuintes e utentes	3 022 875,93	1 319 229,18	1 703 646,75
		Estados e outros entes públicos	111 624,13		111 624,13
		Diferimentos	381 513,17		381 513,17
		Outros ativos	12 159 585,32	5 829,39	12 153 755,93
		Participações financeiras	2 116 398,40		2 116 398,40
		Subtotais	17 791 996,95	1 325 058,57	16 466 938,38
		Totais	17 791 996,95	1 325 058,57	16 466 938,38

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

		31/12/2021	Aumento	Redução	31/12/2020
CMM	Participações financeiras				
	Simarsul, S.A.	1 127 290,00			1 127 290,00
	Amarsul	233 045,00			233 045,00
	Rede Dinamica XXI	5 000,00			5 000,00
	S. Energia	21 691,47	378,36	53 282,79	74 595,90
	Fundo de Apoio Municipal	720 855,00			720 855,00
AFPDM		8 516,93		3 112,21	11 629,14
TOTAIS		2 116 398,40	378,36	56 395,00	2 172 415,04

18.2 – Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Fornecedores	620 966,46		620 966,46
		Outros passivos	4 199 501,75		4 199 501,75
		Diferimentos	4 609 363,21		4 609 363,21
		Estado e Outros Entes Públicos	554 907,19		554 907,19
		Financiamentos obtidos	5 546 037,49		5 546 037,49
		Subtotais	15 530 776,10		15 530 776,10
	Totais	15 530 776,10		15 530 776,10	

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2021		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	473 182,42 €	- €	473 182,42 €
-Contas Correntes	71 000,00 €		71 000,00 €
-Descoberto Bancário	12 189,52 €		12 189,52 €
-Reforço Tesouraria	- €		- €
-Confirming	51 994,39 €		51 994,39 €
-Factoring	337 998,51 €		337 998,51 €
Empréstimos bonificados	179 826,97 €	401 191,06 €	581 018,03 €
- CGD/IHRU	179 826,97 €	401 191,06 €	581 018,03 €
Empréstimos financiamento	840 499,51 €	3 061 110,10 €	3 901 609,61 €
- CGD	422 242,02 €	1 394 722,23 €	1 816 964,25 €
- BPI	186 663,61 €	548 373,77 €	735 037,38 €
- Santander Totta, SA	38 898,04 €	68 071,89 €	106 969,93 €
-Millennium BCP	192 695,84 €	1 049 942,21 €	1 242 638,05 €
- CCAM			- €
Locações Financeiras	182 160,79 €	408 066,64 €	590 227,43 €
TOTAL	1 675 669,69 €	3 870 367,80 €	5 546 037,49 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

a) Indicadores de referência

2021			
Recursos humanos	CMM	SMAS	AFPDM
Número de trabalhadores no final do período	1 000	98	104
Número médio de trabalhadores ao longo do período	971	96	100
Idade média dos trabalhadores	50	51	44
Antiguidade média dos trabalhadores	15/anos	21 /anos	7/anos
Horas de formação totais	913h	334h	1740h
Média de horas de formação por trabalhador	0,91h	3,41h	17,2h
Gastos com o pessoal	17 001 957,80	2 107 436,75	2 114 874,54
Gastos médios por trabalhador	17 001,96	21 504,46	20 335,33
Taxa geral de absentismo	11,80%	5,57 %	9,59%
Total de acidentes de trabalho	63	1	4
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	6%	1%	4%

b) Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	202 096,81
Remunerações Membros Conselho administração	128 722,49
Remunerações do pessoal	16 233 442,48
Pensões	6 981,05
Benefícios pós emprego	1 179,80
Indemnizações	5 567,82
Encargos s/ Remunerações	3 655 648,04
Seguros de acid. trab e doenças profis.	188 646,65
Outros gastos com o pessoal	737 653,31
Outros encargos sociais	78 803,90
Totais	21 238 742,35

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	43 813,19	0,00	43 813,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	43 813,19	0,00	43 813,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 - Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2021 apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos		2021
621	Subcontratos e parcerias	1 372 801,77
622	Serviços especializados	7 202 008,68
623	Materiais de consumo	627 109,92
624	Energia e fluídos	2 550 155,11
625	Deslocações, estadas e transportes	195 692,81
626	Serviços diversos	2 012 695,71
Totais		13 960 464,00